

O LEME



Informativo do Conselho Pastoral dos Pescadores
Jan/Fev/Março de 2017



CF 2017 debate biomas e populações tradicionais

Pág. 3

Pescadores e organizações rejeitam ida da pesca para o MDIC.

Pág 3

Especial: Suplemento traz informações mais detalhadas sobre os pescadores e os biomas.



Queridos leitores, a nova edição do “O Leme” traz mudanças no projeto gráfico, mas retoma um debate antigo e importante dentro das linhas de ação do CPP: biomas e populações tradicionais. A relação simbiótica tão presente entre as comunidades pesqueiras e os biomas que as rodeiam fazem parte das nossas lutas e reflexões já há algum tempo. A Campanha da Fraternidade desse ano nos dá a oportunidade de tornar esse debate mais conhecido, porque não há preservação dos biomas sem a 'preservação' das comunidades que neles habitam. E preservar comunidades implica diretamente na conquista ou manutenção dos seus territórios. Pensando nisso, um dos gestos concretos propostos pela campanha é a coleta de assinaturas para a Campanha Nacional pelo Território Pesqueiro.

O convite está feito! Saiba mais sobre o tema proposto pela Campanha da Fraternidade com o nosso Suplemento especial. Além de trazer informações sobre os biomas onde há a atuação do CPP, a nossa publicação também traz as implicações políticas e sociais que acontecem no desrespeito à natureza. Boa leitura e até a próxima!



Pescadoras juntaram-se a outros movimentos feministas e ocuparam as ruas de várias cidades brasileiras para protestarem contra a Reforma da Previdência, no dia 8 de março. Além das ruas, agências do INSS também foram alvo de protestos. Em Parnaíba (PI) houve reunião com representantes do órgão, já em Maragogipe (BA), a agência da cidade foi ocupada pelas manifestantes.

Cultura Pesqueira

PESCAR É PRECISO!

Porque, acordar no meio da noite, sentir do vento o açoite, vestir uma roupa fria?

*Seguir madrugada adentro, ondas altas, fortes ventos?
Porque pescar é preciso!*

*Porque curtir tanto sol? Enrugar o rosto, calejar as mãos, navegar com força e até esquecer os desejos do coração?
Porque pescar é preciso!*

*Porque a pressa de entrar no mar? Se há calmaria no coração? A fé; é a certeza de que vais voltar...
Mas, pescar é preciso!*

*A herança é bela, sábio destino! Tens a pesca desde menino!
Jangada a vela ou bote a remo; o mar, é sereno!
Pescar é preciso!*

*Olhastes a lua? Sentistes a brisa? O barco flutua...
Pescar, é preciso.*

*O tempo é pouco para apreciar o brilho da lua, o balanço do mar.
Soltando linha ou iscando anzol; nem mesmo percebes o por do sol!
A vida é dura, o dever me avisa;
Pescar é preciso!*

*A noite é longa, calma, escura e fria...
Nem sempre fazes boas pescarias!
Porque não tentas um pouco mais distante?*



Foto: Rizo Gomes

*Assim larga cordas e vais mais adiante!...
As luzes se escondem, cobriram-se os montes, só as águas te rondam...
Pescar é preciso!*

*Porque águas frias fazem companhia no amanhecer?
Quando em terra firme há alguém que inspire o teu bem querer?
Desafia o homem; tem que ir à luta, viver é conduta do grande destino. A vida, é confusa; sonhos, improvisos... Eu fico com os sonhos porque...
Pescar é preciso!*

Por Luzanete Lima
Pescadora do Ceará

Expeditente: “O Leme” é o informativo trimestral do Conselho Pastoral dos Pescadores, organismo vinculado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. | Presidente: D. José Haring | Secretária-executiva: Maria José Pacheco | Fotografias: João Zinclar, Rizo Gomes, Arquivo CPP | Jornalista responsável: Ingrid Campos - DRT-BA: 2262 | Diagramação e projeto gráfico: Ingrid Campos. | Textos Encarte: Letícia Rocha, Manuel Roberto, Maria José Pacheco, Gilmar Santos, Ormezita, Priscila Malafaia | Tiragem: 2000 exemplares

BIOMAS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS EM DEBATE

Lançamento da Campanha contou com a presença de representantes de povos e comunidades tradicionais



Foi lançada no dia 1 de março, na sede da CNBB, em Brasília, a Campanha da Fraternidade 2017. Com o tema "Fraternidade: Biomas Brasileiros e a Defesa da Vida", a campanha tem o objetivo de dar ênfase a diversidade de cada bioma e criar relações respeitadas com a vida e a cultura dos povos que neles habitam, especialmente à luz do Evangelho. Pescadores, indígenas, quilombolas e representantes das pastorais sociais do campo como o CPP, o CIMI e a CPT, estiveram presentes no lançamento, que contou ainda com a participação do presidente da CNBB, o cardeal Dom Sergio da Rocha, do deputado federal e coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, Alessandro Molon (REDE-RJ) e do Secretário de Articulação Institucional e Cidadania do Ministério do Meio Ambiente, Edson Duarte.

Na ocasião foi lida a carta escrita pelo Papa Francisco, sobre a campanha. Na carta, o Papa relembra a encíclica "Laudato Si", lançada durante o seu pontificado, que trata do cuidado da casa comum, com uma perspectiva de ecologismo integral. O Papa também ressalta a diversidade dos biomas brasileiros e a necessidade de promover relações respeitadas com a vida e a cultura dos povos que neles vivem.

"Os povos originários de cada bioma ou que tradicionalmente neles vivem nos oferecem um exemplo claro de como a convivência com a criação pode ser respeitosa, portadora de plenitude e misericordiosa", aponta o Papa Francisco na carta sobre a Campanha da Fraternidade.

A defesa da importância dos povos tradicionais também foi feita pelo presidente da CNBB, Dom Sérgio da Rocha. "Precisamos conhecer os

biomas e os povos originários que são os verdadeiros guardiões dos biomas: os pescadores, indígenas e quilombolas", defendeu o bispo na entrevista durante o lançamento. Dom Sérgio da Rocha propôs também que as pessoas dêem uma especial atenção ao bioma no qual estão inseridos. "Precisamos da vivência comunitária da campanha. As comunidades devem pensar soluções para manter os biomas, mas a preservação depende também do Estado e do poder público", aponta.

Em relação ao poder público, os desafios não são poucos. O deputado Molon enumerou alguns dos enfrentamentos relacionados com a temática da campanha, que ele considera importantes de serem feitos no congresso. Dentre eles estão: a aprovação da PEC que torna os biomas do Cerrado e da Caatinga patrimônios nacionais; aprovação do projeto de lei que defende o Desmatamento Zero; aprovação do projeto de lei que controla os agrotóxicos; fazer a defesa da demarcação de terras que garantam a presença das populações originárias; barrar a lei que permite a compra de terras por estrangeiros, dentre outros.

As populações tradicionais, além da preservação dos biomas, vêm na campanha a possibilidade de tornarem mais conhecidos os conflitos ambientais e territoriais que enfrentam. "O principal problema é que os projetos são propostos para o desenvolvimento. Já temos experiências locais de preservação e essa campanha ajuda a potencializá-las. O bioma nos dá a vida e a gente protege os biomas", finaliza o pescador beraideiro do rio São Francisco do estado de Minas Gerais, Josemar Durães.

PESCADORES E ORGANIZAÇÕES AMBIENTALISTAS SE POSICIONAM CONTRA A IDA DA PESCA PARA O MDIC

Mais de 200 organizações ligadas à pesca e à defesa do meio ambiente assinam carta, lançada no dia 15 de março, onde reivindicam que a Secretaria de Pesca não seja movida para o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). A carta foi motivada pelo decreto presidencial (DECRETO No - 9.004), lançado no dia 13 de março de 2017, em que o governo anuncia a transferência do órgão do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o MDIC.

Na carta, as organizações apontam que tais mudanças têm como objetivo acomodar interesses políticos do Partido Republicano Brasileiro (PRB), tendo em vista o processo de votação da Reforma da Previdência no Congresso Nacional. A preocupação com a volta do PRB ao comando da pesca, deve-se ao fato de que quando a secretaria esteve sob o poder do partido, várias irregularidades nos cadastros e licenças dos pescadores foram cometidas. As fraudes foram reveladas

pelas investigações da Polícia Federal, na operação "Enredados", onde em quase todas as irregularidades foi constatado o envolvimento de políticos do PRB.

Outra preocupação dos pescadores e das organizações é que com a ida da pesca artesanal para o Ministério da Indústria, o setor seja ainda mais prejudicado em detrimento da pesca industrial, que com práticas predatórias, é uma das responsáveis pela diminuição do estoque pesqueiro.

O documento ainda aponta que o Brasil tem seguido o rumo oposto ao que se instituiu no mundo, a partir do documento das Diretrizes Internacionais para a pesca artesanal da FAO.

Além da carta, pesquisadores estão elaborando um documento mais denso com informações e dados sobre a pesca artesanal, que pretendem usar para pressionar os parlamentares contra a ida da pesca para o MDIC, sob o comando do PRB.

RETOMADA DO REGIONAL MARANHÃO

Entre os dias 10 e 12 de março, agentes de pastoral do Maranhão e representantes dos pescadores e pescadoras estiveram reunidos no Centro Comboniano, na Praia do Olho D' Água, em São Luiz (MA), para refletir e organizar a retomada da Pastoral dos Pescadores no Regional Maranhão. Participantes de 8 municípios do estado estiveram presentes.



Apesar do Regional Maranhão ter dado uma pausa nos trabalhos por quase 20 anos, desde 2013 agentes da diocese de Brejo já vinham atuando junto às comunidades pesqueiras da localidade. Após a reunião de março, foi constituído o conselho com representantes dos pescadores e das dioceses para formalizar a volta do regional do CPP Maranhão, que terá Dom José Valdeci Mendes como bispo referência.

“O estado do Maranhão é um dos estados mais importantes quando se trata da quantidade de pescadores e da questão ambiental, além de sofrer com muitos conflitos socioambientais. A retomada do regional Maranhão nos dá esperança de que os pescadores serão auxiliados nesse processo”, comemora a Secretária-executiva do CPP nacional, Maria José Pacheco.

CARTOGRAFIA SOCIAL

A Comunidade Quilombola Pesqueira Vazanteira de Caráibas, situada em Pedra Maria da Cruz (MG), fez o lançamento do fascículo da Nova Cartografia Social do Brasil em sua Comunidade, no dia 20 de fevereiro. O Fascículo traz a etnografia da comunidade: sua identidade, tradição, cultura e os conflitos que envolvem o reconhecimento do território quilombola pesqueiro.

A comunidade quilombola, já reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, vem lutando pela regularização

fundiária de seu território. A Nova Cartografia Social é mais um instrumento para fortalecer a luta da Comunidade em torno da regularização fundiária do território quilombola pesqueiro. A equipe de pesquisadores contou com agentes do Conselho Pastoral dos Pescadores, entre outras organizações.



DIREITO AGRÁRIO

Entre os dias 6 e 9 de março, agentes do CPP apresentaram os trabalhos finais do curso de Especialização em Direito Agrário, oferecido pela Universidade Federal de Goiás (UFG), em convênio com a Comissão Pastoral da Terra e com a participação do Conselho Pastoral dos Pescadores, do Conselho Indigenista Missionário, da CÁRITAS e do Serviço Pastoral do Migrante.

Durante dois anos, os agentes das pastorais do campo tiveram a oportunidade de debater os temas do Direito Agrário e suas interfaces com a atuação das Pastorais. No CPP, os agentes Camila Batista, do CPP Ceará, Antonio Tarcísio da Silva, Celso Apolônio e Marcos Brandão, do CPP Bahia e José Elio da Silva, agente do CPP Rio Grande do Norte, participaram da formação e defenderam os seus trabalhos. Uma nova turma do curso deve ser formada esse ano.

ECOSOL



entre os dias 8 e 9 de fevereiro. No evento promovido pelo CPP, os participantes tiveram a oportunidade de aprenderem mais sobre pesca artesanal e Economia Solidária (Ecosol), da maneira como acontece na região e nacionalmente. Para as pescadoras que estavam conhecendo o assunto pela primeira vez, foi possível saber mais sobre o conceito e a forma de

também uma conversa sobre a captação de recursos para projetos de Economia Solidária.

PESCADORAS E SUS

Dois novas oficinas do "Projeto de Educação em Saúde do Trabalhador da Pesca Artesanal e Formação de Agentes Multiplicadoras em Participação na Gestão do SUS" foram realizadas agora em 2017. Entre os dias 13 e 17 de fevereiro aconteceu a oficina na cidade de Parnaíba, no Piauí. Já a oficina do Espírito Santo aconteceu entre os dias 20 e 24 de março e reuniu pescadoras dos estados do Rio de Janeiro, Sergipe e Espírito Santo.

O projeto, uma iniciativa da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), em parceria com o Ministério da Saúde, com o Conselho Pastoral dos Pescadores e com a Universidade Federal da Bahia, tem o objetivo de levar informações teóricas e metodológicas para que as pescadoras



artesanais possam melhorar as suas condições de trabalho e dessa maneira a sua saúde. Pescadoras de 13 estados já foram formadas pelo curso que discute assuntos como saúde laboral, SUS e saúde da mulher. No ano de 2017 ainda acontecerão cursos em Minas Gerais e no Paraná. As oficinas, que estão acontecendo em todo país, serão encerradas com um Seminário Final, ainda em 2017, onde será proposto o Plano de Ação para a Saúde do Pescador e da Pescadora de todo o país.

Vem por aí!

Geraizeiros, vazanteiros, quebradeiras de coco, quilombolas, pescadores, índios, entre outros povos e comunidades tradicionais estarão reunidos no **II Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais**, que acontecerá entre os dias 22 e 24 de maio, no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO).

Mais de 100 lideranças são esperadas para discutir as lutas territoriais e as mais recentes ameaças aos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

BIOMAS E COMUNIDADES PESQUEIRAS



A Quaresma nos provoca e convoca à conversão, mudança de vida. Neste tempo a Igreja do Brasil nos propõe refletir, penitenciar e se comprometer com temas e causas que precisamos assumir responsabilidades para que a nossa fé de cristãos se concretize. É preciso enfrentar o tempo de reflexão dos quarenta dias, para assim poder testemunhar a ressurreição.

Todos os anos, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) propõe a Campanha da Fraternidade como caminho de conversão quaresmal, como itinerário do cultivo e do cuidado comunitário e social.

Este ano o tema da Campanha da Fraternidade tem como tema: "Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida". O lema é inspirado no texto do Livro do Gênesis 2,15: "Cultivar e guardar a criação". A Campanha tem como objetivo geral: "Cuidar da criação, de modo especial dos biomas brasileiros, dons de Deus, e promover relações fraternas com a vida e a cultura dos povos, à luz do Evangelho".

O texto base nos trás o seguinte conceito de Bioma:

"A vida que se manifesta em um conjunto semelhante de vegetação, água, superfície e animais. Uma "paisagem" que mostra uma unidade entre os diversos elementos da natureza. "Um bioma é formado por todos os seres vivos de uma determinada região, cuja vegetação é similar e contínua, cujo clima é mais ou menos uniforme, e cuja formação tem uma história comum" (Texto-Base CF 2017, Introdução).

Cuidar da criação foi o modo poético de lembrar dos povos e comunidades tradicionais que são exemplo de convivência com a natureza. A sua relação se dá de modo que dela se possa tirar o sustento garantindo a sua existências para as presentes e futuras gerações. Dizia Dona Maria do Paraguaçu, pescadora e Quilombola de São Francisco do Paraguaçu: "Nossa luta é para preservar a natureza para os mais velhos, os adultos, os jovens, as crianças e os que ainda estão por gerar".

Tem importância especial esta Campanha da Fraternidade para as comunidades tradicionais e especialmente os pescadores e pescadoras artesanais que junto com a natureza estão sendo tão espoliados e ameaçados pela ganancia do agro e hidro negócio, as obras de infra-estrutura e os projetos degradadores da vida em seus múltiplos aspectos.

Refletimos em seguida sobre os principais biomas que tem importância para os pescadores e pescadoras artesanais no Brasil.

O MANGUEZAL E SUA IMPORTÂNCIA ECOLÓGICA

Os **manguezais** tem uma papel especial para o planeta, espécies e muitos povos no Brasil e no mundo.

Os manguezais possuem importância ecológica de grande relevância para a manutenção da vida marinha, principalmente por possibilitar a transformação de nutrientes em matéria orgânica, gerando vida, alimento, proteção e inúmeros serviços ao meio ambiente e à humanidade. Os manguezais, por estarem estabelecidos em áreas abrigadas, apresentam alta produtividade, são considerados como berçários naturais para muitas espécies de moluscos, crustáceos, peixes, répteis e aves, garantindo o crescimento e sobrevivência desses organismos.

Muitas espécies utilizam essas áreas como importante fontes de alimento, sendo sua estrutura necessária para a manutenção da cadeia trófica costeira. Os manguezais são os aparadores do mar, visto que sua vegetação desempenha função de fixação do solo, evitando processos de erosão. Nos eventos extremos de tufões que aconteceram em diferentes países nas últimas décadas já existem avaliações de que onde a vegetação dos manguezais estava preservada os desastres tiveram menor impacto e algumas populações conseguiram se salvar, ao passo que em outras onde havia supressão total dos manguezais as consequências foram muito mais desastrosas.

Os Manguezais compõem ecossistemas costeiros de transição entre a terra e o mar (estuários, lagunas, baías, deltas e enseadas), estando adaptados às variações de marés. Estão localizados no mundo entre as áreas tropicais e subtropicais, visto a temperatura (15°C a > 20°C) e a precipitação pluvial (> 1.500 mm/ano) serem variáveis de maior interferência para sua ocorrência. No Brasil sua distribuição varia do Amapá (norte do Oiapoque) até Santa Catarina (Laguna), representando 12% dos manguezais do mundo inteiro.

As espécies vegetais predominantes dos manguezais são as lenhosas típicas (mangue-vermelho, siriúba e mangue-branco). Esse conjunto de espécies apresenta adaptações quanto à salinidade, baixo teor de oxigênio (raízes com presença de lenticelas), fixação em sedimentos predominantemente lodosos (presença de raízes escoras) e viviparidade, ou seja, germinação das sementes feita na árvore mãe, sendo dispersa em forma de propágulos pelas marés. Associado ao manguezal tem a feição apicum, que representa o estágio evolutivo desse ecossistema, sendo importante reservatório de nutrientes. Estudos recentes informam serem os manguezais uma das vegetações que mais capta CO² da atmosfera, importantíssimo para regular o clima.

Vale destacar que os manguezais são designados como Áreas de Preservação Permanente (APP's) devido à sua grande importância ambiental.

RELAÇÃO DAS COMUNIDADES COM OS MANGUEZAIS

Milhares de comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil dependem dos manguezais para sua reprodução física e cultural. A busca diária pelos meios de vida se estabelece a partir de uma profunda e complexa afinidade entre homem/mulher/natureza resultando na composição de um rico patrimônio ecológico e cultural. Os grupos humanos (pescadores/as, indígenas, ribeirinhos/as, caiçaras, quilombolas etc.) que interagem com os manguezais diretamente são integrantes dos povos e comunidades tradicionais.

Todos os dias homens e mulheres adentram nos mangues em busca de alimento para suas famílias. Essa é uma realidade cotidiana pouco conhecida pela maioria do povo brasileiro e negligenciada pelo Estado do ponto de vista socioeconômico, ecológico e cultural. É importante ressaltar que o ecossistema manguezal, existente ao longo do litoral brasileiro, é um patrimônio ambiental rico em biodiversidade e considerado como manjedoura de diversas espécies de peixes, aves, moluscos (ostras, sururu...) e crustáceos (siri, caranguejo, aratu, guaiamum etc.). A lama do mangue gera vida, e alimenta milhares de pessoas que sobrevivem da pesca artesanal.

A atividade pesqueira nos manguezais requer uma série de conhecimentos sobre esse ecossistema e também o desenvolvimento de diversas técnicas de captura e extrativismo que são transmitidas de geração em geração. Por conta disso, as comunidades tradicionais pesqueiras são guardiãs de um rico acervo de informações e tecnologias ancestrais. São saberes e fazeres que associam economia e preservação ambiental na perspectiva da ecologia cultural como afirma o Papa Francisco: a ecologia envolve também o cuidado das riquezas culturais da humanidade, no seu sentido mais amplo... É a cultura no seu sentido vivo, dinâmico e participativo que não se pode excluir na hora de repensar a relação do ser humano com o meio ambiente. (Laudato Si, 143).

Em todo Brasil, as mulheres pescadoras/marisqueiras exercem uma forte relação com os manguezais. Essas, além da captura de diversos moluscos e crustáceos, são responsáveis pelo beneficiamento da produção e pela preservação desse ecossistema. Além da utilização do mangue como fonte de alimento existem casos onde ocorrem manifestações religioso-sagradas em agradecimento a fertilidade e a produtividade dos manguezais.

Para as comunidades pesqueiras, o manguezal não é apenas um lugar onde se retira sustento, ou seja, não é apenas um bem econômico, mas faz parte dos seus territórios pesqueiros. É uma espécie de lugar sagrado que tem um valor simbólico muito forte. Existe uma consciência ecológica resultante de valores ancestrais de matriz africana e indígena. Há um rito de profundo respeito às águas, a lama, ao cheiro, a fauna e a flora existentes nos manguezais de modo que se institui uma linguagem própria e uma cosmovisão específica da criação em sintonia com o que diz novamente o Papa Francisco: “Com



Pesca de crustáceo no mangue

efeito, para eles, a terra não são um bem econômico, mas dom gratuito de Deus e dos antepassados que nela descansam, um espaço sagrado com o qual precisam interagir para manter a sua identidade e os seus valores”. (Laudato Si, 146).

Por outro lado, todo esse patrimônio ecológico e cultural está ameaçado pelo avanço dos grandes empreendimentos econômicos sobre os territórios tradicionais pesqueiros. A falta de consciência ecológica de uma parte significativa da população brasileira, a omissão e/ou conivência do poder público e a ganância capitalista tem provocado a degradação dos manguezais e a expulsão de diversas comunidades. Inclusive alguns sítios arqueológicos (sambaquis) resultantes da relação direta e secular de homens e mulheres com os manguezais estão sob risco de desaparecerem.

MANGUEZAL: UM ECOSSISTEMA SOB AMEAÇAS!

Mesmo com toda sua importância socioambiental e sua significativa contribuição para a vida no planeta, os manguezais vêm sofrendo graves ameaças que colocam em risco sua integridade. Nos últimos anos com o avanço da política desenvolvimentista, que mercantiliza a vida e a natureza, tem se implantado ao longo dos manguezais do Brasil e do mundo grandes projetos que o degradam, resultando em curto prazo em desmatamento e perda de habitat para diversas espécies, como também em longo prazo comprometem dentre outras coisas a reprodução de diversas vidas marinhas.

O modelo de desenvolvimento em curso no Brasil tem incentivado a implantação de diversos empreendimentos econômicos em áreas de manguezal, causando danos e impactos ambientais irreversíveis. A carcinicultura (criação de camarão em cativeiro), presente hoje em grande parte do país tem provocado morte e destruição de manguezais. Grandes áreas são desmatadas para implementação de tanques, que quando em operação utilizam intensivamente insumos e fertilizantes que são absorvidos pelo solo o tornando infértil e impróprio para desenvolver outras atividades por tempo indeterminado, além disso, causam o afloramento de organismos (cianobactérias e dinoflagelados) que geram toxina e diminuem a oxigenação da água, causando problemas na saúde do ambiente e da população local.

Há registros de que a água proveniente dos viveiros, seja da criação de camarões como a de peixes (piscicultura), é despejada ao longo dos braços de rios que banham os manguezais causando mortandade do pescado devido à contaminação por produtos químicos (antibióticos) utilizados nos processos de cultivo desses organismos além das cargas de amônia da excreta dos peixes e o exerce de matéria orgânica e

nitrogênio.

Além disso, sabe-se que a atividade contamina o lençol freático e saliniza as águas, o que tem levado dezenas de comunidades a situação de colapso d'água. Para além desses impactos, esses empreendimentos impedem o acesso dos pescadores e pescadoras às áreas rotineiras de pesca, causando um maior esforço de deslocamento, intensificando doenças ocupacionais. Principalmente as marisqueiras, que muitas vezes carregam mais de 40 quilos de mariscos com casca, em suas cabeças, tem o exaustivo trabalho aumentado por terem que caminhar quilômetros devido às cercas nos manguezais.

Em 2012, sob forte pressão da bancada ruralista, o governo brasileiro aprovou o novo Código Florestal, instrumento jurídico que regulariza áreas de proteção permanente, como margens de rio e etc. Nessa nova formatação foi retirada dessa categoria áreas de apicum e salgado (ecossistema associado que é banhado por água em marés cheias), que eram anteriormente consideradas ecossistema manguezal, com essa mudança, passaram a ser permitida a instalação de projetos de carcinicultura nessas áreas tornando ainda mais frágeis a proteção aos mangues.

A ausência de saneamento básico é outra grave ameaça. Grande parte dos esgotos das residências de áreas urbanas e rurais é despejada diretamente no mar e nos mangues, como também resíduos que não são descartados corretamente, causando um alto nível de poluição que compromete o equilíbrio do ecossistema.

Outra ameaça aos manguezais é a especulação imobiliária que serve, sobretudo, ao turismo de massa. Extensas áreas de mangue são devastadas ao logo do litoral para construção de hotéis, resorts e casa de veraneio. Essa prática tem sido responsável pela perda de habitat de diversas espécies da fauna e da flora, e reflete ainda a vulnerabilidade da gestão política e ambiental do país, que permite a implementação desses projetos em áreas de grande importância ambiental, social, cultural e econômica.

Conjuntamente essas atividades são ainda responsáveis por conflitos territoriais envolvendo comunidades tradicionais, sobretudo comunidades pesqueiras, que vivem nesses territórios e se relacionam de maneira harmônica e saudável, sendo inclusive responsável pela manutenção do equilíbrio ao ecossistema.

Ao passo que avança o desenvolvimento dessas atividades, se dá também a morte dos manguezais e consequentemente a morte de comunidades inteiras que dependem desse ecossistema para continuarem vivendo. Por isso é preciso garantir a permanência dessas comunidades em seus territórios como uma ferramenta de proteção e cuidado ao manguezal.

Neste contexto de globalização torna-se cada vez mais necessária a proteção desse patrimônio ambiental e cultural para que toda humanidade seja beneficiada com os frutos da criação. Que isso se dê a partir da valorização e respeito ao modo de vida das comunidades pesqueiras com sua experiência ecológica do bem viver. Nesta perspectiva os pescadores e as pescadoras têm intensificado suas lutas em defesa dos seus territórios tradicionais conscientes de que a preservação dos manguezais e das águas deve ser uma tarefa de todos e todas.

BIOMA AMAZÔNICO

Na Amazônia, nos últimos 50 anos, desde a ditadura militar, prevaleceu a ideia que esta era uma terra sem gente e deveria ser ocupada por gente sem terra, os grandes fazendeiros. Até então, os moradores da Amazônia (indígenas, quilombolas, migrantes nordestinos, seringueiros, pescadores, etc.) tinham uma relação mais respeitosa com a natureza: a floresta era abundante, os rios eram limpos, os peixes eram buscados para alimentação regional, os minérios estavam debaixo da terra e apenas os garimpos manuais já eram explorados.

Desde lá para cá o mercado nacional e internacional transformou a Amazônia de “inferno Verde” para “eldorado”, rico de produtos interessantes ao mercado: minérios, madeira, água, pescado industrializado (geleiras), terra para fazendas e monoculturas (dendê, eucalipto, soja etc.).

O acirramento da disputa por terra e território e as novas formas revelam que essa disputa vem sendo assumida a partir de um processo de reordenamento normativo que visa ampliar o acesso das atividades intensivas em recursos naturais como: mineração, sistema energético e imobiliário, hidro e agronegócio, entre outros.

O crescimento econômico, sem uma preocupação adequada com a preservação ao meio ambiente, tem gerado impactos ambientais, destruindo o local de trabalho do pescador e da pescadora artesanal (rios, lagos, igarapés, cabeceiras, enseadas, etc.), prejudicando a qualidade de vida cultural, social econômica e política das



Pesca de bloqueio, em Limoeiro do Ajuru (PA) - Rio Tocantins

COMUNIDADES PESQUEIRAS.

Esses impactos tem preocupado os pescadores e pescadoras artesanais da Amazônia, pois rios, lagos, igarapés, enseadas e cabeceiras para eles não é apenas o local de trabalho, mas é algo Sagrado, é a sua Identidade.

O CERRADO E OS PESCADORES/AS

Como os sujeitos da pesca artesanal, enquanto modo de vida, tem a sua tradicionalidade, o bioma cerrado, um dos mais antigos, tem suas peculiaridades como conjunto de vida: floresta de cabeça para baixo; raízes profundas; árvores de pequeno porte e tortuosas; caixa d'água do Brasil; etc. Como os povos e comunidades tradicionais, é múltiplo: cerrado, cerradão, campestre, floresta de galeria e cerrado rupestre. Entre os povos do cerrado, estão os pescadores artesanais, dependentes deste bioma para a sua manutenção e reprodução

material e simbólica. Rios, como o São Francisco, são dependentes, do bioma cerrado, para que ao longo do seu percurso até o mar, possam continuar a lastrearem as vidas de tantas gentes!

O Rio São Francisco está no centro de disputas territoriais, estando seus povos em constante ameaça, dentre esses, os pescadores artesanais, os quais “não podem ser explicados sem o rio, onde seguem encadeando as características ecossistêmicas próprias do lugar ritmos das águas, comportamento das espécies - com o seu fazer social” (VALENCIO, 2010, p. 203), O uso que os pescadores fazem do rio São Francisco, ou os demais povos e comunidades tradicionais, presentes no bioma cerrado, vai além da relação objetiva de garantir o sustento de suas famílias. Estes sujeitos, embora envolvidos na lógica capitalista, possuem modos de vida que pulsam no tempo da natureza (CUNHA, 2010).

Uma possível “extinção inexorável do Rio São Francisco” é apontada, por Filho (2012), frente ao contínuo processo de degradação socioambiental, que já prenuncia um Rio São Francisco histórico. Entretanto, há que se considerar o movimento não estático da história. Diante da percepção do processo histórico de opressão do latifúndio, as excludentes políticas neodesenvolvimentistas (como o MATOPIBA exploração dos solos e águas do cerrado para o



Buritizeiros (MG) - Foto: João Zinclar

agronegócio) e do estado de negação de direitos das comunidades tradicionais pesqueiras - enquanto movimento social - pescadores e pescadoras apropriam-se do curso de sua história, pautam suas lutas por direitos, que estão diretamente vinculados à defesa do seu modo de vida, imbricado nas condições de existência do conjunto de vida do lugar.

O conjunto de vida, o cerrado dá fundamentação para processos de identificação, elementos diacríticos a comporem os estoques culturais de diversos grupos sociais: os veredeiros, os geraizeiros, os vazanteiros, os pescadores artesanais, etc; modos de vida imbricados na necessidade de preservação do bioma cerrado! Neste sentido, podemos compreender que a campanha pela regularização territorial das comunidades tradicionais pesqueiras, interposta pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, em muitos rincões do nosso país, é também, uma luta pela preservação do bioma cerrado!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CUNHA, L.H.O. O tempo mercantil na pesca artesanal. In: DIEGUES A. C. (Org.).
- FILHO, J. A. S. A Extinção Inexorável do Rio São Francisco. In: FILHO, J. A. S. (Org.)
- Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil MPP. Cartilha para Trabalho de Base da Campanha pelo Território Pesqueiro. Olinda, 2012.
- Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil MPP. Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre o Território Pesqueiro, 2012.
- Nanni, H. C., Nanni, S. M. & Segnini, R. C. A importância dos manguezais para o equilíbrio ambiental. I
- Papa Francisco: Carta Encíclica Laudato Si Sobre o cuidado da casa comum. Edições Paulinas, 2015.
- Santana, N. M. G., Galvêncio, J. D., Torres, M. F. A., Passos, P. F., Silva, C. A. V., Silva, H. A. Cavalcanti, R. A., Teixeira, J. L., Paz, D. M. Silva, J. B. & Lira, D. R. 2011. Distribuição Espaço Temporal do Ecossistema Manguezal no Estuário do Rio Itapessoca-Goiana/PE.
- SCHAEFFER- NOVELLI, Y. (coord.). Manguezal: Ecossistema entre a Terra e o Mar.
- VALENCIO, N. Conflitos ambientais no Velho Chico. O modus operandi da descreditação pública da pesca artesanal. In: Org.: ZHOURI, A. LASCHEFKI, K. (Orgs.).

VER, JULGAR E AGIR

A Campanha da Fraternidade segue a metodologia da Igreja da América Latina do VER, JULGAR E AGIR. O **ver** é o desvelamento da realidade, são as informações dados e a constatação da importância dos biomas para a vida no planeta, a denúncia profética das causas de morte que levam à destruição da natureza e da vida das pessoas. O **Julgar** se referencia na palavra de Deus e nos documentos da Igreja que ajudam e refletem à luz da fé o compromisso cristão com a conversão. O retorno aos valores originais da fraternidade, da partilha, do respeito, da busca de vida em abundância.

Um instrumento fabuloso para o exercício do julgar da Campanha da Fraternidade desse ano, é a encíclica *Laudato Si* do Papa Francisco. Em sua carta, o Papa nos convida a assumir uma proposta radical da ecologia integral, entrelaçando as dimensões do ser humano com a da natureza. Ele nos convida a uma conversão ecológica integral, que passa por atitudes pessoais de renúncia ao modelo do consumo, destrutivo das relações humanas e da natureza, ao mesmo tempo que nos leva a uma atitude profética de enfrentamento ao modelo de desenvolvimento privatista, degradador, excludente. Estar no processo de luta pelos direitos dos empobrecidos e contra a ganância do grande negócio é compromisso cristão, nos diz o Papa. Aprofundar a *Laudato Si* é uma tarefa para iniciarmos neste ano, a partir do convite desta Campanha da Fraternidade.

O **AGIR** nos leva a concretizar a nossa fé e missão enquanto cristãos. É o passo seguinte que pode nos levar a Paixão, mas que a exemplo de Cristo, não podemos fugir dela. O agir nos convida a gestos e atitudes concretas diante de um contexto de violência e injustiça, **principalmente as sofridas pelas comunidades tradicionais**. O relatório de Conflitos Sócio Ambientais e Violações dos Direitos Humanos das Comunidades Tradicionais Pesqueiras traz inúmeros exemplos dos ataques e violências que sofrem as comunidades e a natureza. Comprometer-se com a construção de uma sociedade pautada em novos valores sobre novas bases de relações societárias, humanas e políticas é uma tarefa concreta do cristão.

As comunidades, no seu tradicional modo de viver, propõem à toda sociedade, novas formas de viver: O Bem Viver!

O texto base da Campanha da fraternidade nos apresenta como um dos gestos concretos a coleta de assinaturas no abaixo assinado da Campanha Nacional em Defesa dos Territórios Pesqueiros. Esta campanha propõe um projeto de Lei de Iniciativa popular que garanta às comunidades tradicionais pesqueiras a regularização e segurança nos seus territórios. Diferente de outros povos e comunidades, não está claro no marco legal as formas de destinação e garantia dos territórios, embora fartamente a constituição e outros arcabouços legais lhes permitam o direito, é preciso ficar mais explicitada as formas de reconhecimento e garantias territoriais. Neste sentido, o Conselho Pastoral dos Pescadores convoca aos cristão católicos e toda sociedade a entrar neste mutirão para que se consiga alcançar esta meta. Acesse o blog da Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades tradicionais pesqueiras **peloterritoriopesqueiro@blogspot.com.br** e o site da Pastoral **www.cppnac.org.br** e acesse os materiais da Campanha. Se cada um coletar pelo menos uma folha deste abaixo-assinado será cumprida a tarefa. Junte-se aos pescadores e pescadoras neste empreendimento.